

Universidades em contraste: Argentina e Brasil

*Arabela Campos Oliven**

Resumo. O artigo compara diferenças entre Argentina e Brasil quanto a origem e desenvolvimento dos seus sistemas de educação superior. Toma como referência o Movimento de Reforma Universitária com início em 1918 em Córdoba, Argentina. Mostra como este movimento encontra profundo eco em outros países hispano-americanos, mas tem repercussões mínimas e tardias no caso da Reforma Universitária no Brasil, ocorrida em 1968. A partir da análise das especificidades dos dois sistemas universitários, argentino e brasileiro, aponta para a necessidade de um profundo conhecimento dessas duas diferentes tradições, a fim de realizar experiências criativas de integração universitária, tendo em vista as novas possibilidades abertas com o MERCOSUL.

Palavras-chave: reforma, universidade, ensino superior, autonomia.

CÓRDOBA, ARGENTINA, 1918

Um grupo de jovens estudantes da Universidade de Córdoba, através de um manifesto dramático, dá início a um Movimento de Reforma Universitária, que, no transcurso de uma década, teve repercussões continentais, ecoando em vários países hispano-americanos. Os universitários de Córdoba, frequentemente considerados como “novos arautos da incompleta luta contra o colonialismo” assim se expressam: “Cremos não estarmos equivocados, as ressonâncias do coração nos advertem: estamos pisando sobre uma revolução, estamos vivendo uma hora americana”.¹

* Arabela Campos Oliven é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ CUNEO, Dardo (org.). *La Reforma Universitaria (1918-1930)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, s/data.

No período do Centenário das lutas de Independência de vários países do jugo espanhol, o manifesto estudantil se dissemina, ecoando em países como Peru, Chile, Colômbia, Paraguai, Bolívia, Cuba e fazendo nascer líderes que se identificam com os heróis libertadores: Bolívar, San Martín. As repercussões desse movimento estudantil só vão se fazer sentir em países europeus², e mesmo no Brasil, quase meio século mais tarde.

O objetivo deste artigo é contrastar, no que diz respeito à educação superior, o Brasil com outros países da América Latina, analisando a *idéia de universidade*, através da comparação do *Movimento de Reforma* que tem início em Córdoba com a *Reforma Universitária*, que tem lugar no Brasil, em 1968.

Para melhor entender a origem do *18 cordobês*, o movimento de reforma universitária que começou na Argentina, é preciso nos reportarmos para aquele país no início deste século. Tratava-se de uma sociedade bastante urbanizada, com elevados índices de escolaridade, e cujo sistema de educação pública tinha se expandido rapidamente nos níveis de primeiro e segundo graus. Contava com a presença de grande contingente de imigrantes europeus, e apresentava uma estrutura social que se diferenciava com o surgimento de uma significativa classe média e de uma classe operária que se organizava. A Argentina possuía uma renda *per capita* das maiores do mundo.

Em termos demográficos, o país, na virada do século, quadruplicou a sua população, passando, num período de trinta anos (de 1895 a 1924), de quatro a oito milhões de habitantes, sendo que mais de 80% desse aumento concentrou-se em Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba, grandes centros urbanos de onde emanou o movimento da Reforma Universitária.³

No entanto, apesar dessas transformações e da vitória nas eleições presidenciais, em 1916, do radicalismo, movimento político de classe média apoiado maciçamente por imigrantes e seus descendentes, as influências da oligarquia rural e da Igreja Católica conservadora ainda permaneciam fortes na sociedade argentina.

² Na Europa, a Espanha parece ter sido uma exceção, uma vez que lá os ecos do Movimento de Reforma se fizeram sentir, como atestam as palavras de Augusto Pi Suñer, fisiologista espanhol, que a convite da Federação dos Estudantes de Córdoba, na Argentina, fez, em 1919 a seguinte afirmação: “Pois bem, podeis levar em consideração, professores e estudantes argentinos, que na redação do estatuto universitário de Barcelona, conhecedores nós da renovação que nas universidades da República Argentina se operava tivemos muito em conta as disposições de vossa Reforma de 1918”. Citado em Mario Giambiagi, “O movimento da reforma universitária de 1918 na Argentina - aspectos históricos e projeções” in *Ciência e Cultura* vol. 37 n° 11, nov. 1985, pp. 1815-1831.

³ Mario Giambiagi. Op. cit. pp. 1815-1831.

A Primeira Guerra Mundial representava também, para os intelectuais argentinos, o fim das esperanças na capacidade do progresso material resolver os grandes problemas da humanidade. Apesar de a Argentina não ter entrado na Guerra, o imperialismo dos países beligerantes era uma realidade bastante concreta. Com o enfraquecimento da hegemonia européia, principalmente a inglesa, os universitários anteviam a possibilidade da “formação de uma nova sociedade, sem dogmas” — usando as suas próprias palavras — cuja sede se radicaria na América.

A Revolução Russa, de 1917, vem se somar aos acontecimentos que incitam os estudantes a tomarem posição face a um novo mundo que está por ser criado. Por sua vez, a política norte-americana, expressa pelo pan-americanismo, é vista como imperialista e interferente nos destinos dos países latino-americanos, como manobra de grupos econômicos cujos interesses estavam ligados à exploração das riquezas continentais.

O discurso dos universitários tem um forte componente idealista. O mundo que surgirá depois da guerra deve ser um mundo diferente daquele que não conseguiu evitá-la. A reforma, ou revolução que ela estaria a anunciar, tem, pois, um caráter sagrado. “Nesta visão de mundo e época, o reformista das universidades latino-americanas sente-se convocado a compartilhar — e decidir — a paisagem do mundo, buscando a plenitude da justiça e da beleza, palavras que rejuvenescem inscritas em seus manifestos; elas refletem o clima do momento e por elas investido, em condição irrenunciável, assume-se protagonista, e gestor de uma nova história”.⁴

Há, também, uma oposição geracional. Os estudantes são jovens, portanto puros. E o estilo de afrontamento entre as gerações reaparece em vários dos documentos reformistas. A divisa: “Os velhos à tumba, os jovens à obra”, que os estudantes peruanos usam, é um exemplo significativo desse posicionamento.⁵

Quanto ao próprio sistema universitário, a metrópole espanhola, ao contrário de Portugal, criou várias universidades nas suas possessões, dentro do espírito da Contra-Reforma católica. Na Argentina, a primeira universidade, justamente a Universidade de Córdoba, data do início do século XVII. Fundada pelos jesuítas, era bastante atrelada às orientações que vinham desta ordem religiosa.⁶

Com a independência da Argentina, as universidades se tornam nacionais e leigas, mas, principalmente no caso de Córdoba, a influência religiosa

⁴ Dardo Cuneo. (org.) Op. cit. p. X.

⁵ Dardo Cuneo. (org.) Op. cit. p. XV.

⁶ Daniel Cano. *La Educación Superior en la Argentina*. FLACSO CRESAL/ UNESCO, 1985.

permanece. Um exemplo dá conta do atraso desta: enquanto na Universidade de Buenos Aires, na data em que tem início o Movimento de Reforma, já se ensinava “Legislação do Trabalho”, na Universidade de Córdoba, em Filosofia do Direito, permanecia o estudo sobre “Deveres para com os Servos”.

O Movimento da Reforma pode ser interpretado como um libelo contra o imperialismo de toda a ordem, bem como contra a influência conservadora da Igreja. É um processo de busca da identidade cultural latino-americana: um movimento social integrador, contra fronteiras nacionais, que, em termos ideais, procura reatualizar o projeto frustrado de unificação da América Hispânica. Nesse sentido, a juventude universitária de Córdoba, em seu primeiro manifesto, se dirige aos “homens livres da América do Sul” e os incita a colaborar na obra de liberdade que inicia.

Frente à política imperialista norte-americana e ao anacronismo das oligarquias locais, o Movimento de Reforma antevia a unidade continental: estudantes chilenos e peruanos, em períodos de disputa entre fronteiras (Tacna e Arica), correspondem-se de forma pacífica e fraterna; também os universitários paraguaios e bolivianos, em pleno período da Guerra do Chaco (1932-35) tornam claro, por exemplo, que esta guerra não é a sua guerra.

A idéia de universidade que a Reforma sugere é a de uma instituição humanista, interessada no que se passa no mundo, iluminista, orientando a construção de uma nova sociedade, e também científica, combatendo o verbalismo de cátedras anacrônicas.

Apesar de a América espanhola não ter conseguido realizar este ideal universitário tão amplo, o Movimento de Reforma possibilitou às universidades de alguns países hispano-americanos, modificações em aspectos organizacionais em termos de: autonomia da universidade pública com relação ao poder executivo; fortalecimento do caráter laico da educação superior; gratuidade do ensino; exigência de concurso para cátedra; integração dos órgãos de governo das universidades com representantes eleitos; renovação periódica das autoridades universitárias; participação dos professores, estudantes e egressos nos destinos da instituição; modernização dos currículos; expansão das matrículas, através do ingresso automático, não seletivo; compromisso com os setores desprivilegiados da sociedade, pelo desenvolvimento das atividades de extensão, etc. Ele também serviu como uma escola de formação de líderes que se projetaram em vários países.⁷

⁷ Enrique Oteiza. “La Reforma del 18 y el futuro de la universidad” in *Realidad Económica*, nº 157 jul./ago., 1998, pp. 18-25.

O BRASIL E O REI DA BÉLGICA

Cabe perguntar por que nos países latino-americanos de fala espanhola o movimento da reforma universitária se tornou um marco de referência tão significativo, atuando como um catalisador das energias juvenis, enquanto no Brasil os ecos deste movimento tiveram pequena ressonância e foram tão tardios?

O Brasil, por ocasião do 18 cordobês, também estava próximo da comemoração do Centenário da Independência. Só que, neste caso, a libertação de Portugal foi mais um arranjo familiar do que propriamente um enfrentamento com a metrópole. Por outro lado, ao contrário das ex-possessões espanholas, que se fracionaram, o Brasil independente manteve a sua unidade territorial.

A especificidade do sistema de educação superior brasileiro, em termos de origem e instituições fundantes, de certa forma atuou, também, como barreira que dificultou a aceitação dos ideais universitários propostos pelos estudantes argentinos.

Ao contrário da Espanha, que fundou universidades nas suas possessões ultramarinas já no século XVI, a política portuguesa se opôs à criação de instituições de ensino superior no Brasil durante o período colonial.

As primeiras faculdades brasileiras — Direito, Medicina, Politécnica — estabelecidas no século passado eram profissionalmente orientadas, independentes umas das outras, instituições seculares cuja organização didática e estrutura de poder, baseava-se em cátedras vitalícias.

Em 1920 é criada, por decreto, a primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro, que nasceu da vinculação administrativa de três faculdades preexistentes. Um dos objetivos da criação da universidade era o de possibilitar a outorga do título de Doutor *Honoris Causa* ao rei da Bélgica que visitaria o Brasil por ocasião do Centenário da Independência, em 1922.

O Brasil, pois, não possui uma tradição universitária, no sentido de uma tentativa de transposição daquela instituição de origem medieval e de cunho religioso. Se, por um lado, falta essa tradição, por outro lado, o ensino superior brasileiro já nasceu com uma concepção mais moderna, seguindo o modelo das grandes escolas profissionais francesas.

OS PRINCÍPIOS DA REFORMA DE 1918 NA PRÁTICA

Pode-se afirmar que os reformistas tiveram grande sucesso no sentido de modernizar a universidade argentina. A conquista da autonomia; a co-gestão, incluindo a participação de professores, alunos e também egressos na tomada de decisões; a modernização dos currículos e a abertura da universidade para todos aqueles que tivessem concluído o segundo grau de ensino tornou a universidade menos ligada aos interesses oligárquicos.

A continuidade e efetivação das conquistas do Movimento Reformista, que pode ser considerado um fenômeno de classe média, estiveram sempre dependentes da orientação política dos governos federais. Como, ao longo deste século, a Argentina viveu períodos de grande instabilidade política, com freqüentes golpes militares, o desrespeito aos princípios ligados ao Movimento da Reforma pode ser tomado quase como um termômetro do grau de autoritarismo dos governos.⁸

Assim⁹, no período 1966-72, os militares no poder eliminam a autonomia, cassam professores, “depuram” a matrícula universitária, afastando estudantes que não se encontravam em situação regular, suprimem o governo tripartite. O mesmo clima se repete no período ditatorial 76-83, com a ausência total de autonomia nas universidades, controle ideológico do corpo docente e indicação de reitores pelo Ministério de Educação. As atividades de pesquisa são transferidas das universidades para institutos especiais.

Os governos militares tendem também a favorecer o setor privado e uma política de descentralização das oportunidades educacionais. Assim, durante o governo militar do período 66-72, são dados plenos direitos às universidades privadas de emitirem títulos universitários e são autorizadas onze novas universidades privadas. São também criadas quatorze universidades nacionais, pouco antes de os militares passarem o governo para os civis. O sistema mais do que duplica o número de universidades.

O processo de redemocratização da sociedade argentina, a partir de 1983, representou para a universidade, principalmente as grandes universidades nacionais, o reestabelecimento de políticas anteriores a 1966, inspiradas no Movimento de Reforma, ou seja, a autonomia, o co-governo e o ingresso irrestrito. Houve a incorporação do pessoal afastado por motivos ideológicos. Modificou-se a política de recrutamento de pessoal, passando a haver a exigência de concursos públicos. O novo clima de abertura atraiu antigos acadêmicos de alto nível. No entanto, a influência deletéria dos governos anteriores se fez sentir na falta de pessoal jovem qualificado para assumir os novos postos.

Somada a esses problemas, a crise econômica agudizou as políticas salariais, o que tornou difícil reter professores qualificados e incentivar os mais jovens a fazer uma formação longa e de pouca rentabilidade.

⁸ A relação do peronismo com a universidade é bastante contraditória e complexa. Ver Federico Neibutg “Politização e universidade na Argentina: esboço de uma pragmática histórica da política” in *Novos Estudos* nº 53 mar., 1999, pp. 119-135.

⁹ Os exemplos aqui apresentados estão baseados no artigo de Maria Luz Bertoni e Daniel Jorge Cano. “La educación superior argentina en los últimos veinte años: tendencias y políticas” in *Propuesta Educativa*. Buenos Aires: Vol. 2, nº 2, mai., 1990, pp. 11-24.

Além do mais, o restabelecimento do ingresso irrestrito provocou enorme expansão das matrículas, principalmente face à demanda acumulada resultante das políticas anteriores, que impuseram restrições ou ingresso nas universidades com medidas seletivas.

Como os recursos para a educação superior mantiveram-se constantes ou diminuíram e paralelamente aumentaram as matrículas, o número de professores e as necessidades de novas instalações, o peso da expansão se fez sentir na redução dos vencimentos dos professores. Esta situação provocou, no final dos anos 80, uma série de greves e o fortalecimento do movimento sindical dos docentes.

Face à crise da universidade argentina, durante a década de 90 presenciaram-se profundas transformações no sistema de educação superior no sentido de um aumento do número e fortalecimento de organismos ligados a processos de integração, avaliação e planejamento das instituições. Esta política recente é algo novo no cenário do país. A sua implementação tem feito diminuir o peso da base — comunidade acadêmica — na tomada de decisões de política universitária, fortalecendo o poder da burocracia central, ligada ao Ministério de Cultura e Educação. Esta nova orientação tem se mostrado bastante sensível às diretrizes do Banco Mundial. Na atual conjuntura “o que tem se modificado é a morfologia da distribuição do poder no campo específico das políticas públicas de educação superior inédita na Argentina em períodos democráticos. O campo das políticas universitárias tem ampliado notavelmente o número de atores que participam do jogo, assim como tem expandido, também, suas fronteiras tomando-as mais porosas”.¹⁰

ANTECEDENTES DA REFORMA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

De 1945 a 1964 o ensino superior brasileiro viveu uma fase de integração, com a criação de universidades através da vinculação administrativa de faculdades já existentes e com a federalização de grande parte de estabelecimentos de ensino de terceiro grau. No final do período populista, 65% dos estudantes do ensino superior estavam matriculados em universidades.¹¹

Esse período legou um modelo de universidade organizado com base em faculdades tradicionais, que ofereciam cursos profissionalizantes para a formação da elite dirigente. No início dos anos 60, a comunidade acadêmica pas-

¹⁰ Pedro Krotsh. “Gobierno y Educación Superior en la Argentina: La Política Pública en la Canyuntura (1993-1996) in Afrânio Mendes Catani. (org.) *Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Recife, 1997, p. 211.

¹¹ Luiz Antônio Cunha. *A Universidade Crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

sa a desenvolver atividades extra-muros, tentando quebrar um pouco o isolamento da educação superior brasileira.

Cresce a politização entre os estudantes. A peça “*O auto dos 99% onde se vê como a Universidade capricha no subdesenvolvimento*”¹² — de autoria de um grupo de universitários e levada à cena pela União Nacional de Estudantes em 1962 — retrata criticamente a universidade de então e a sociedade da qual ela faz parte. Os principais alvos da crítica são o elitismo da instituição, a alienação dos currículos e a obsolescência da cátedra.

Nesse período, o debate sobre qual o rumo que deveria tomar a universidade brasileira foi retomado com grande intensidade. Em 1961 foi promulgada a primeira *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*, que, apesar de permitir flexibilidade, consolidou, na prática, o modelo tradicional: manteve a cátedra vitalícia, as escolas isoladas e as universidades compostas pela simples justaposição de escolas profissionais, sem maior preocupação com a pesquisa.

No mesmo ano, foi criada a Universidade de Brasília. Ela fazia parte do projeto nacionalista desenvolvimentista. Foi a primeira universidade nascida de um plano definido, sem incluir faculdades profissionais preexistentes. Com uma estrutura mais integrada, flexível e moderna, ela se contrapunha ao modelo de universidade segmentada em cursos compartimentados. Nela o departamento substituiu a cátedra como unidade de ensino e pesquisa.

Foi no seio do movimento estudantil, no entanto, que surgiu a terceira e mais radical alternativa de Reforma Universitária. Para a UNE o papel da Universidade era o de integrar o movimento mais geral por reformas estruturais. As concepções estudantis foram sistematizadas nas Declarações da Bahia e do Paraná, formuladas nos anos 1961 e 62, respectivamente. A proposta da UNE, inspirada nos manifestos dos estudantes hispano-americanos, propunha modificar a estrutura de poder da universidade, através da co-gestão, supressão do exame vestibular, extinção da cátedra, etc.

O golpe de 1964 atingiu duramente as universidades, com cassações de professores e a implantação de Assessorias de Informações dentro das próprias instituições. Foi instaurado um novo estilo de encaminhamento dos problemas universitários, ou seja, questões antes discutidas num enfoque político (em foruns amplos e representativos como o Congresso Nacional, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e mesmo a União Nacional de Estu-

¹² Antonio Carlos Fontoura et alli. Equipe de redação do Centro Popular de Cultura da União Nacional de Estudantes “O auto dos 99% - onde se vê como a Universidade capricha no subdesenvolvimento” in *Arte em Revista*. Ano 2, nº 3, mar. 80, pp. 89-98.

dantes), passaram a ser encaradas do ponto de vista estritamente técnico. As políticas se apoiavam em relatórios que reuniam comissões de especialistas com a participação de peritos estrangeiros e que tratavam de aspectos isolados da problemática universitária.

Em novembro de 1964 o Governo Castelo Branco promulgou a chamada Lei Suplicy, que ficou assim conhecida por ter sido proposta pelo então Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, segundo a qual ficava vedado aos órgãos de representação estudantil, qualquer manifestação ou propaganda político-partidária, bem como promover paralizações ou greves. Determinava, também, que diretores de faculdades e reitores incorreriam em falta grave se permitissem o não cumprimento da lei.

Em entrevista à imprensa, o Ministro Suplicy afirma que: “Os estudantes são os homens de amanhã, mas nós somos os homens de hoje. (...) Primeiro o estudante deve estudar, depois se aperfeiçoar na prática democrática no sentido amplo”.¹³

É interessante comparar esse pronunciamento, feito em 1964, com o dos líderes do Movimento de Reforma Universitária dos países hispano-americanos. Os jovens universitários da geração de 1918 se assumem como os homens do momento, os verdadeiros protagonistas da História, enquanto a geração mais velha é vista como anacrônica, ultrapassada, insensível às novas demandas estudantis e sociais. Já para o Ministro Suplicy, são justamente os adultos no poder, que constituem os homens do momento, enquanto os estudantes, homens de amanhã, são tidos como imaturos, ameaçadores, e como tal, devem apenas estudar, permanecendo alheios às questões de caráter político mais geral.

O ANO DE 1968 E A REFORMA UNIVERSITÁRIA (LEI 5.540)

Em vários países do mundo 1968 foi o ano das manifestações estudantis. Também os estudantes brasileiros se mobilizam. Excedentes (alunos que passavam no exame vestibular sem obter vagas na universidade) se organizam para reivindicar mais vagas e criam cursos paralelos.

A questão da Reforma Universitária assume outra vez conotação política. De forma apressada é discutida e aprovada a Lei 5.540 de 1968, que orienta a reforma de ensino nos estabelecimentos federais e propõe um modelo de universidade a ser seguido.

A Reforma, ao incentivar o sistema de créditos, o ciclo básico, a departamentalização, os cursos de curta duração, a unificação do vestibular, trocan-

¹³ Correio da Manhã, 28 de agosto de 1964, citado em Maria de Lourdes Fávero. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994, p. 61.

do o seu caráter eliminatório por classificatório, visava a aumentar as matrículas nas universidades federais sem elevar muito os custos. No entanto, ao preconizar, paralelamente, a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao favorecer a profissionalização dos docentes através da dedicação exclusiva e da valorização dos títulos de mestre e doutor para a progressão funcional, ela estabeleceu condições propícias para o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil.

A concessão de bolsas da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico) possibilitou o aperfeiçoamento de grande número de professores, principalmente do setor público, que passaram a se dedicar à pesquisa e à pós-graduação.

A maior preocupação dos governos militares com o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa, no sentido de alocação de recursos materiais e humanos nas universidades federais, algumas das quais se destacaram nas suas atividades de pesquisa, fez com que os cursos de graduação, no setor público federal, ficassem relegados a segundo plano.

Desta forma, a grande expansão das matrículas nos cursos de graduação, para atender à demanda social, deu-se principalmente no setor privado. Embora o texto legal considerasse que os estabelecimentos isolados devessem ser uma exceção, logo após a reforma o número desses estabelecimentos se expandiu vertiginosamente. Para se ter uma idéia da situação, em 1981, havia em todo o país 75 universidades, ao passo que o número de estabelecimentos isolados excedia 800, dos quais 250 tinham menos do que 300 alunos.

As faculdades isoladas, a maioria pertencente ao setor privado, localizadas nos subúrbios das grandes metrópoles ou nas cidades interioranas, apresentavam um padrão acadêmico bastante inferior ao das universidades. A expansão das matrículas, através desse processo de paróquialização¹⁴ do ensino, reflete em grande parte o interesse dos governos militares no controle ideológico dos universitários, redirecionando a expansão das matrículas para um setor menos politizado.

Entre os traços marcantes do sistema de educação superior brasileiro, do final dos anos 60 ao final dos anos 70, destacam-se a expansão, massificação e privatização do ensino. O sistema, assim, passa a acentuar os seus mecanismos de segmentação interna. A dualidade do sistema não se refletia apenas em termos de dois setores: o público, onde se concentrava a maioria das uni-

¹⁴ Sobre o processo de paróquialização ver: Arabela Campos Oliven. *A paróquialização do ensino superior: classe média e sistema educacional no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

versidades; e o privado, onde se concentrava o maior número de estabelecimentos isolados e também o maior número de matrículas. A segmentação interna atingiu o próprio setor público, com a expansão dos programas de pós-graduação e o esvaziamento dos cursos de graduação.

Já a década de 80 presenciou significativas mudanças no sistema de educação superior brasileiro. O paroquialismo dos estabelecimentos isolados de ensino, com a democratização da sociedade, assume caráter anacrônico e de insustentabilidade econômica. São criadas inúmeras novas universidades no setor privado, a partir da aglutinação de faculdades isoladas.

A profissionalização do magistério, principalmente nas universidades públicas, e as ondas de achatamento salarial junto com a deteriorização das condições de trabalho, devido à política de contenção dos gastos governamentais, tornam-se causas de inúmeras greves e o movimento docente, que nasce no final dos anos 70, se organiza em nível nacional e vira sindicato.

O governo tenta reformular a política para a educação superior. Através do GERES (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior) propõe a criação de ‘universidades de ensino’ e ‘universidades de pesquisa’, projeto que não tem a aceitação nem da Associação Docente nem das Associações Científicas, pois quebraria o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, pondo fim ao que era considerado um dos aspectos mais positivos da Reforma de 1968. A Constituição de 1988 mantém o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

CONTRASTANDO AS DUAS REALIDADES ATUAIS

Tanto na Argentina como no Brasil, o setor privado encontrou condições favoráveis de expansão, durante os governos militares. A diferença reside no fato de que a grande maioria (85%) dos estudantes universitários argentinos encontra-se, atualmente, matriculada no setor público, ao passo que no Brasil, a maioria (60%) encontra-se no setor privado.

No Brasil, paralelamente à privatização e massificação dos cursos de graduação, houve, a partir da Reforma de 68, uma expansão qualitativa do setor público, em termos do desenvolvimento de um sistema de pós-graduação, que atualmente é considerado um dos melhores entre os países em desenvolvimento.

Os regimes militares, tanto no caso do Brasil como no da Argentina, tiveram uma política repressiva com relação às grandes universidades públicas, consideradas focos de subversão. No entanto, há uma diferença significativa entre os dois países.

Na Argentina, os militares restringiram sua atuação a uma verdadeira caça às bruxas (25% dos desaparecidos tinham uma ligação com a universi-

dade¹⁵) e a uma política de descentralização, a partir da criação de inúmeras novas universidades; com uma política paralela de introdução de provas de seleção, para reduzir o número de estudantes nas grandes universidades.

No caso brasileiro, houve, junto com a repressão, um forte apoio material às grandes universidades federais, apoio esse canalizado para a implantação de um sistema de pós-graduação, que era visto como importante para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. A formação de recursos humanos de alto nível era considerada instrumental ao projeto de modernização conservadora, que estava sendo implantado no país e, também, uma forma de legitimação política dos governos militares, pela valorização da eficiência.

Com o processo de redemocratização na Argentina, a partir de 1983, os ideais do Movimento Reformista de 1918 são resgatados e volta o ingresso automático nas universidades, a autonomia e o co-governo.

Nos dois países, a realidade atual tem se caracterizado pela implantação de políticas neoliberais, influenciadas por organismos internacionais como o Banco Mundial, que enfatizam o processo de privatização, o descrédito pelo que é público e uma apologia do mercado.

Neste novo cenário, questões relativas à autonomia universitária, avaliação de desempenho das instituições e financiamento da educação superior fazem parte central do debate sobre quais os rumos que devem seguir as universidades.

CONTRASTANDO AS DUAS REFORMAS, OBJETIVO PRINCIPAL DESTE TRABALHO:

Na Argentina, o movimento que tem início em 1918 extravasa fronteiras, parte de uma mobilização estudantil, portanto, de baixo para cima, tem uma característica radical e conteúdo mais político, e possibilitou uma maior democratização da universidade em termos de acesso, participação e autonomia.

No caso do Brasil, a Reforma Universitária de 68 é bastante posterior, imposta de cima para baixo, possui conteúdo predominantemente técnico-administrativo, é mais elitista, e seus objetivos referem-se, principalmente, à racionalidade organizacional. Por outro lado, possibilitou o desenvolvimento, principalmente das universidades públicas, em termos de profissionalização do magistério, melhoria da pós-graduação e da pesquisa.

O Movimento de Reforma de 1918 é crítico do imperialismo e tem um sentido mais público. A Reforma de 1968 é a favor de uma modernização

¹⁵ Jorge Balán. "Políticas de financiamiento y gobierno de las universidades nacionales bajo un régimen democrático: Argentina 1983-1992" in Hernan Courard. (ed.) *Políticas comparadas de educación superior en America Latina*. Santiago: FLACSO, 1993, p. 134.

conservadora, através de um desenvolvimento capitalista associado e tem uma orientação mais privatista, concebendo a universidade como uma empresa, enfatizando mais a racionalidade instrumental do que objetivos sócio-políticos mais amplos.

Em 1991 Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram um acordo que formou o MERCOSUL, um mercado comum. Este não é apenas um acordo comercial. Ele é, também, um acordo que visa ao intercâmbio cultural e educacional. Embora seja cedo para se vislumbrarem medidas importantes no campo educacional, é de se supor que pelo menos Argentina e Brasil, os dois maiores parceiros do MERCOSUL, procurem articular o seus sistemas de educação superior. Esta deverá ser uma medida interessante, uma vez que colocará tradições diferentes em contato e as estimulará a pensar formas inovadoras de integração.

ABSTRACT

The article compares the origins and development of higher education in Argentina and Brazil. It shows how the University Reform Movement that started in Cordoba, Argentina, in 1918, had strong and almost immediate echo in many Hispanic-American countries, whereas in Brazil it had na almost insignificant influence in the University Reform which took place fifty years later throught the Law 5.540/68. Analysing the specificities of the university systems in these two countries, it stresses the importance of a deeper knowledge of these two university traditions in order to carry out creative experiences of integration having in mind the new possibilities opened up by MERCOSUL.

RÉSUMÉ

L'article effectue une comparasion entre l'Argentine et le Brésil en ce qui concerne les origines et développement de leurs systèmes d'éducation supérieure. Il prend comme point de référence le Mouvement de Réforme Universitaire débuté à Córdoba, Argentina, en 1918. Par ailleurs, il montre comment ce mouvement a eu des répercussions timides et tardives dans le cas de la Réforme Universitaire du Brésil, mise en place en 1968, contrairement aux pays hispano-américains où le mouvement a trouvé un

important écho. A partir de l'analyse des spécificités des deux systèmes universitaires, argentin et brésilien, ce texte souligne le besoin d'une profonde connaissance des deux différentes traditions pour qu'on puisse mettre en place des expériences créatrices d'intégration universitaire, tout en tenant en compte les nouvelles possibilités ouvertes par le MERCOSUL.

BIBLIOGRAFIA

- Balán, Jorge. (1993) "Políticas de financiamiento y gobierno de las universidades nacionales bajo un régimen democrático: Argentina 1983-1992" in Courard, Hernan. (ed.) *Políticas comparadas de educación superior en América Latina*. Santiago: Flacso.
- Bertoni, Maria Luz e Cano, Daniel Jorge. (1990) "La educación superior argentina en los últimos veinte años: tendencias y políticas" in *Propuesta Educativa*. Buenos Aires: Vol. 2, nº 2, mai.
- Cano, Daniel. (1985) *La Educación Superior en la Argentina*. Flacso Cresal/Unesco.
- Cunco, Dardo (org.) (s/data) *La Reforma Universitaria (1918-1930)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho,
- Cunha, Luiz Antônio. (1983) *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Fontoura, Antonio Carlos et alli. (1980) Equipe de redação do Centro Popular de Cultura da União Nacional de Estudantes "O auto dos 99% - onde se vê como a Universidade capricha no subdesenvolvimento" in *Arte em Revista*. Ano 2, nº 3, mar.
- Giambiagi, Mario. (1985) "O movimento da reforma universitária de 1918 na Argentina - aspectos históricos e projeções" in *Ciência e Cultura* vol. 37 nº 11, nov.
- Krotsh, Pedro. (1997) "Gobierno y Educación Superior en la Argentina: La Política Pública en la Canyuntura (1993-1996) in Catani, Afrânio Mendes. (org.) *Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Recife.
- Neibutg, Federico. (1999) "Politização e universidade na Argentina: esboço de uma pragmática histórica da política" in *Novos Estudos* nº 53, mar.
- Oliven, Arabela Campos. (1990) *A paróquialização do ensino superior: classe média e sistema educacional no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Oteiza, Enrique. (1998) "La Reforma del 18 y el futuro de la universidad" in *Realidad Económica*, nº 157, jul./ago.